

APS quer PPP para dragagem e prevê serviços por até 30 anos

Administração do Porto planeja desenvolver modelo de parceria público-privada para manutenção do canal

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Autoridade Portuária de Santos (APS) estuda um novo modelo de contrato de dragagem de manutenção do canal de acesso do Porto. A ideia é formalizar uma parceria público-privada (PPP) de longo prazo, de 25 a 30 anos.

"Queremos previsibilidade, economicidade e a prestação deste serviço, que é essencial para o Porto de Santos, com qualidade e continuidade", diz o presidente da APS, Anderson Pomini.

Atualmente, o canal aquaviário tem 15 metros de profundidade. A manutenção é feita pela empresa holandesa Van Oord, contratada em março de 2022, por 24 meses, no valor de R\$ 371 milhões.

Segundo a APS, a companhia recebeu cerca de R\$ 150 milhões, aproximadamente metade do valor contratual, pois choveu pouco e o volume a ser dragado foi menor. "O valor contratado é estipulado pela dragagem



Dragagem de manutenção é fundamental para manter a profundidade do canal de navegação e possibilitar a entrada de navios no Porto

média dos últimos cinco anos e o pagamento se dá pelo volume de dragado".

O contrato com a Van Oord vence em março de 2024. Enquanto a APS estuda a modelagem por

PPP, quer propor à empresa uma renovação por dois anos, incluindo uma cláusula de distrato. Dessa forma, a Autoridade Portuária poderá rescindir o acordo, sem ônus para ambas

as partes, caso o rito do leilão para dragagem de manutenção seja concluído ainda durante a vigência do contrato renovado. A Van Oord poderá concordar ao certame.

A reportagem tentou contato com a Van Oord, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Já em relação à dragagem de aprofundamento do canal para 16 metros, a

APS informou que a ideia é propor "um contrato específico e não por parceria público-privada". Para este fim, a estatal já traçou o cronograma.

O anteprojeto, em elaboração, deve ser concluído em 2024. Para 2025 está prevista a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental, e em 2026, a APS espera obter as licenças ambientais necessárias, lançar o edital, contratando a empresa vencedora e iniciar as obras.

A APS já formalizou três contratos acessórios: com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para estudos e projeto executivo para a ampliação do projeto-piloto de proteção costeira implantado na região da Ponta da Praia de Santos; com a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), para atualização e complementação de estudo para análise das taxas de assoreamento do canal de navegação do Porto; e com o Instituto Nacional de Pesquisas Hidráulicas (INPH), para elaboração do anteprojeto de dragagem de aprofundamento para 16 metros.

Simultaneamente, a APS quer dar andamento ao estudo de obras e elaboração do anteprojeto para aprofundar o canal aquaviário para 17 metros, com conclusões previstas até 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar **Caderno:** A **Página:** 11